

BONINO, Serge-Thomas. *Les anges et les démons*. 2. ed. (revue et augmentée). Paris: Parole et Silence, 2017, 458p. ISBN: 978-2-84573-560-6.

A segunda edição aumentada e revisada da obra de Fr. Serge-Thomas Bonino, OP é um verdadeiro tratado de angelologia e demonologia. O Autor não decepciona nesta nova edição, confirmando suas credenciais. O frade dominicano é doutor em Filosofia e Teologia, secretário da Comissão Teológica Internacional, presidente da Pontifícia Academia São Tomás de Aquino, além de decano e professor da Faculdade de Filosofia da Pontifícia Universidade São Tomás de Aquino (*Angelicum* – Roma). É autor de diversas publicações, como por exemplo *Dieu, “Celui qui est” (De Deo ut uno)*, já resenhado por nós nesta revista (v. 11, 2018, p. 217-227).

Os escritos de Fr. Bonino se caracterizam pela profundidade aliada à clareza, mesmo diante de temas intrincados. A sua habilidade teológica é indiscutível, fundamentada em argumentação lógica e até mesmo com algumas pitadas espirituosas. Efetivamente, o livro é baseado em aulas de Teologia ministradas pelo Autor, com explicações bem didáticas (há até exemplos de Tintin, o célebre herói belga), tornando a leitura amena e agradável. Ademais, a sólida formação filosófica de matriz tomista traz raciocínios argutos e de grande intuição. Revela, por fim, um domínio excelente

dos textos bíblicos, patrísticos, escolásticos (sobretudo do Aquinate) e do Magistério da Igreja sobre o assunto.

A introdução geral reconhece que a angelologia e a demonologia não estão no centro da fé cristã, constituindo realmente uma verdade periférica na hierarquia das verdades reveladas. Todavia, o Autor aplica essa situação ao milagre da multiplicação dos pães, no qual Jesus recomenda recolher os pedaços que “sobraram, para que nada se perca” (Jo 6,12). Deste modo, quer evidenciar que o estudo sobre os anjos e os demônios não pode ser negligenciado. Em verdade, a angelologia permite, por exemplo, realizar *Thought Experiments* (experiências de pensamento), muito úteis não só para a Filosofia, mas também para a própria Teologia. Hoje em dia, porém, quando o homem pretende realizar algum estudo taxonômico sobre seres não humanos, os termos de comparação são, em geral, chipanzés ou robôs. Bonino propõe que o estudo sobre os anjos sirva de uma espécie de “laboratório do pensamento”, para compreender melhor o próprio homem (p. 12). Já a demonologia pode auxiliar a compreender o papel da Redenção e a reflexão cristã sobre o mal.

Como fundo de quadro, o Autor recorda o prefácio da missa aos Santos Anjos: “O esplendor dessas criaturas

espirituais nos permite entrever como sois grande e quanto superais a todos os seres” (p. 14). Com efeito, o objetivo da obra é mais propriamente teológico, calçado na doutrina cristã sobre os anjos, de uma parte analisando com os olhos da teologia dita “positiva” e, de outra, sob um ângulo sistemático.

O primeiro capítulo versa sobre os anjos e os demônios no Antigo Testamento. Do livro de Gênesis até o de Juízes, encontra-se com frequência a expressão “anjo de Yahweh” ou “anjo de Deus”. De acordo com Francisco Suárez, as aparições de Deus e as dos anjos muitas vezes são interconectadas. Os anjos constituem a própria corte de Deus e uma assembleia propriamente litúrgica. O papel da mediação angélica na Bíblia se torna mais evidente após o Exílio. Contudo, mais tarde, os saduceus chamarão a doutrina sobre os anjos de uma inovação suspeita e os essênios, de uma “paixão esotérica” (p. 29).

Nas Escrituras, o anjo é termo de comparação de beleza, como no caso de Davi, “belo como um anjo” (I Sm 29,9). Os anjos estão também ligados à missão de combate. Destarte, Deus é denominado “Deus dos exércitos” (Sabaoth), ou seja, das hostes angélicas. Os anjos são também chamados de “fortes” e de “valentes”. A Bíblia também revela a missão dos anjos de proteger comunidades e pessoas. Miguel, por exemplo, toma conta de Israel (cf. Dn 12,1) e Rafael cuida de Tobias. Além disso, os espíritos

angélicos formam uma verdadeira família e se distinguem em classes de acordo com a função.

O mundo demoníaco está também presente nas Escrituras, embora com frequência bem inferior. Existem diversos tipos de demônio – por exemplo, os que vagueiam pelos ares ou aqueles híbridos (metade animal, metade demônio). O deserto pode ser considerado o local privilegiado para os espíritos maus (Azazel, a quem se oferece o bode expiatório pelos pecados de Israel, é o demônio do deserto).

Na Bíblia, Satanás significa literalmente o “adversário”, o “acusador”, uma espécie de “procurador da República” para usar uma expressão contemporânea (p. 41). Ele está subjugado a Deus e tem que pedir permissão para provar a Jó. A palavra “Satanás” também pode ser entendida como o conjunto demoníaco em geral. Já alguns demônios possuem certas funções específicas: Asmodeu, por exemplo, é o demônio que se opõe (por ciúmes) à união conjugal.

Já sobre os anjos e os demônios no Novo Testamento, o Autor inicia o capítulo 2 citando o trecho clássico do Apocalipse (12,7-8): “Houve então uma batalha no céu: Miguel e seus Anjos guerrearam contra o Dragão. O Dragão batalhou, juntamente com seus Anjos, mas foi derrotado, e não se encontrou mais um lugar para eles no céu”. Esse trecho revela antes de tudo o universo antagônico entre anjos bons e maus,

mas também o triunfo de Deus e de seus Anjos, como fruto da Páscoa de Cristo. Na realidade, as referências das ações angélicas e demoníacas no Novo Testamento aludem principalmente ao evento chave da história, isto é, ao advento do Reino de Cristo. Satanás, de fato, caiu “do céu como um relâmpago!” (Lc 10,18).

Satanás e seus demônios são “onipresentes no Novo Testamento” (p. 46). Ademais, Satanás habita os espaços celestes e é “Príncipe do poder do ar” (Ef 2,2). De fato, demônios tomam poder sobre homens a ponto de possuí-los, pois, pela espiral do pecado, estes se tornam filhos do mal e do diabo, alienando a própria vontade. O demônio ainda se utiliza da doença e da morte como consequência do pecado. Enfim, como diz a Escritura, “o mundo inteiro está sob o poder do Maligno” (I Jo 5,19). Antes, uma das metas principais do demônio é precisamente impedir a relação com o Santo, com obstáculos sensitivos (mudez, surdez, cegueira, etc.) ou psicológicos (delírios, tentações de suicídio, etc.). O Autor ainda alerta que, no Novo Testamento, Satanás é equivalente ao título de “diabo” (que significa “divisor”), possuindo ainda outras denominações como Belzebu, Belial, e até mesmo “homicida desde o princípio” (pois sua mentira conduziu o homem ao pecado e à morte). Por outro lado, “Jesus Cristo descreveu a sua própria missão como uma *Reconquista*, um empreendimento para tirar os

homens da escravidão de Satanás e lhes conferir o culto a Deus” (p. 51). De fato, Jesus se encontra com Satanás por toda parte e o Reino de Deus só triunfará com a vitória sobre o mal. Enfim, foi “para isto que o Filho de Deus se manifestou: para destruir as obras do diabo” (p. 52). Há, com efeito, um combate constante entre Cristo e seus discípulos contra as hostes de Satanás.

O capítulo 3 trata da angelologia até São Tomás de Aquino. A angelologia é muito presente nos textos da literatura ascética patrística. Os Padres da Igreja também insistem na ligação entre os anjos e a liturgia e, sob a influência dessa perspectiva, os prefácios da missa rogam a Deus para que nossas vozes se unam à dos anjos. Ainda no plano ascético, os anjos se tornaram modelos de vida espiritual e eram imitados pelos monges.

Dois mestres em angelologia se destacam na era patrística: Santo Agostinho e Pseudo-Dionísio Areopagita. O primeiro reflete sobre os anjos na criação de Deus e na história das duas cidades: “Anjos e homens pertencem a uma só sociedade celeste” (p. 79). Já o célebre anônimo do séc. V-VI foi o primeiro a escrever um tratado sobre a criatura angélica: *A hierarquia celeste*, onde divide de maneira “bastante arbitrária” os coros angélicos (p. 81). De modo sintético, pode-se designar a alta Idade Média como uma prolongação da Idade Patrística.

A angelologia tomista reflete muito bem o espírito de São Tomás em sua procura de harmonia da razão com a fé. Sem embargo, o Aquinate não tem ilusões sobre a limitada capacidade da razão humana de empreender um estudo filosófico sobre os anjos. Na obra *De substantiis separatis*, ele apresenta um balanço histórico sobre a angelologia filosófica, comparando os sistemas platônico e aristotélico: o primeiro se baseia na Teoria das Ideias, como causas subsistentes e transcendentais do mundo visível, enquanto que o segundo “responde a uma necessidade ao mesmo tempo metafísica e cosmológica” (p. 90). Por fim, Bonino traz uma síntese da abordagem sobre os anjos na *Suma Teológica*, que segue o tradicional esquema *exitus-reditus*.

O capítulo 4 aborda o problema da existência dos anjos, doutrina pouco contestada até a idade secular. De fato, na concepção materialista moderna, já não haveria mais espaço para as ações angélicas, de sorte que os anjos também foram praticamente banidos do debate metafísico ou teológico. Paradoxalmente, porém, o imaginário não excluiu a possibilidade de existência de seres extraterrestres ou de aceitação de espiritualidades alternativas, como o *New Age* e afins. Contudo, já Platão e Aristóteles, desfazendo-se da mitologia antiga, sustentaram que as substâncias separadas são necessárias para a racionalidade do cosmos.

Bonino nota que a “presidência” dos anjos sobre as criaturas que são inferiores é um dado comum da tradição cristã” (p. 103) e que existe uma espécie de delegação das ações divinas aos anjos (de acordo com adágio: *De minimis non curat praetor*). De fato, a Bíblia refere-se a anjos ligados a fenômenos naturais, bem como a sua ação, como causa secundária, no mundo físico. Outro dado é que tanto o anjo quanto o demônio podem exercer influência sobre a sensação e a imaginação humanas.

O Autor ainda debate sobre a possibilidade de demonstração racional da existência dos anjos a partir dos efeitos (*a posteriori*). Desde logo evidencia que a ação angélica no mundo não é impossível, pois Deus sempre pode agir através de causas secundárias. De qualquer forma, Bonino segue a São Tomás ao defender a impossibilidade de uma prova *a posteriori* da existência dos anjos, a não ser por sua “alta conveniência” (p. 113). Quanto aos demônios, os indícios naturais de sua existência giram em torno dos fenômenos maléficos que transcendem a natureza das coisas. É difícil, porém, sustentar a existência dos demônios com base na simples análise fenomenológica do pecado.

Há, porém, diversos argumentos filosóficos que apontam para a existência dos anjos. Talvez o principal seria a necessidade metafísica de seguir a “ordem das coisas”, ou seja, conviria que, entre os homens e Deus, exista

uma “categoria intermediária de puros espíritos criados” (p. 119). Além disso, seria imperativa a existência de seres puramente intelectuais para a perfeição do universo. Num ângulo inverso, uma criação privada de qualquer ser puramente espiritual ficaria sem sentido.

O capítulo 5 trata, por sua vez, da questão de como colocar o problema da existência dos anjos nos dias de hoje. Com efeito, após a escolástica e com o advento do humanismo renascentista e pós-reformista, a reflexão sobre os anjos sofreu um baque. A exegese racionalista e o protestantismo liberal também menosprezaram o estudo sobre os anjos. Entre os teólogos católicos, a contestação à sua existência vicejou em alguns círculos apenas nos anos 1960. Entre os protestantes, R. Bultmann defendeu uma espécie de “desmitização” das categorias míticas supostamente próprias à apocalíptica judaica. Contudo, Bonino o critica mordazmente: “Apesar de sua aparência de bom senso, o trabalho bultmaniano é gravemente deficiente de teologia” (p. 132).

A existência dos anjos é um dado de fé, como testemunha Santo Agostinho: “*Esse angelos novimus ex fide*” (*En. in Ps.* 103, 1, 15 cit. in p. 133). cremos porque assim Deus nos revelou pelas Escrituras, além de o Magistério da Igreja ensinar que “a existência dos anjos e dos demônios como sujeitos pessoais faz parte integrante da Palavra de Deus

e devem ser cridos com fé divina” (p. 133). De fato, o Símbolo de Niceia (325) proclama que Deus é “Criador de todas as coisas visíveis e invisíveis” (idem). O *Catecismo holandês* (1966) foi reprovado, entre outras razões, por omitir a existência dos anjos, ao passo que o *Catecismo da Igreja Católica* trata esse dado como uma verdade de fé revelada.

Já a existência dos demônios se evidencia no âmbito da Revelação pela “presença massiva e historicamente bem atestada de exorcismos no ministério de Jesus” (p. 135). As possessões não são equivalentes a doenças, como alguns tendem a interpretar. Se os demônios não existissem, muitas passagens bíblicas (e.g. Ef 6,12) não fariam qualquer sentido. Quanto aos anjos, basta citar que “Jesus convida a respeitar os pequeninos *porque* os seus anjos veem a face de Deus” (Mt 18,10). Não obstante, uma das objeções contra a angelologia católica seria a sua inutilidade. Mas trata-se paradoxalmente do contrário: a doutrina sobre os anjos permite precisamente enfatizar “o primado ontológico do mundo espiritual” e “reapropriar a perspectiva metafísica na teologia e quebrar o confinamento antropocêntrico de grande parte da teologia contemporânea” (p. 139).

A segunda seção discute sobre a natureza angélica. O capítulo 6 discorre sobre o estatuto metafísico do anjo. Inicialmente, distingue-se o anjo do homem por sua imaterialidade, ou

seja, a essência angélica é isenta de qualquer tipo de matéria ou qualquer característica própria ao corpo, como o nascimento, a alimentação, a reprodução (como diz Mc 12,25: eles não se casam) e a morte. Antes, as substâncias separadas se alimentam de um maná celeste, “o pão dos anjos” (Sl 77,25 cit. in p. 148). Apesar disso, São Gregório Magno e Santo Agostinho admitiam uma espécie de “corpo” aos anjos, embora distinguindo-o da corporeidade humana. Contudo, Pseudo-Dionísio prefere simplesmente atestar que são “incorpóreos” e “imateriais” (*Nomes divinos*, IV, 1, cit. in p. 152). São Tomás endossa, por sua vez, a “estrita espiritualidade do anjo”, embora totalmente distinta da divina. De fato, além disso, o Aquinate critica o hilemorfismo universal, sustentando a contradição existente na tese de uma matéria comum entre as substâncias espirituais e materiais. Ademais, os anjos são reputados como puras inteligências (puras formas). Não são simples como Deus, pois, embora não compostos de matéria e forma, possuem a distinção própria a todos os seres criados: ser (*esse*) e essência (*essentia*).

Apesar de imateriais, os anjos podem por vezes *assumir* corpos para a sua manifestação aos homens. São Tomás explica que eles como que condensam o ar ao seu redor, formando nuvens, figuras e cores. De si, o anjo não ocupa um espaço como os corpos, mas está em contato virtual com o local onde ele age.

A imaterialidade do anjo entra em conflito, porém, com a clássica doutrina aristotélica da individuação das substâncias (corpóreas) pela matéria quantificada. Bonino explica com muita didática esta problemática: cada anjo (Miguel, Gabriel, Rafael...) se distingue como espécie própria, em proporção análoga à distinção entre o cão e o gato. Gabriel se distingue, pois, de Miguel pela “gabrielidade”. Sendo imateriais, os anjos são, por óbvio, incorruptíveis.

As ações do anjo são distintas de sua substância (só em Deus o agir coincide com o ser). O anjo também está fora do tempo: a duração deles é medida de acordo com o *aevum*, ou seja, existe uma certa temporalidade para os anjos, ao passo que Deus é eterno e não sujeito ao tempo.

O capítulo 7 examina o conhecimento natural dos anjos. À diferença dos homens, o anjo conhece a realidade pelo “interior”, pela própria essência, conhecendo-a em si mesmo e participando das próprias ideias divinas. “O anjo – comenta Bonino – é como um constante espelho da ciência divina sempre em ato” (p. 175). A inteligência angélica também possui naturalmente as espécies inteligíveis de tudo o que pode conhecer naturalmente (cf. *S. Th.*, I, q. 55, a. 2, cit. in p. 178). Os anjos conhecem por intuição, sem qualquer abstração ou experiência sensível. Não há neles distinção entre intelecto agente e possível. Eles conhecem a Deus em si mesmos de modo tão perfeito que torna

impossível qualquer tipo de “ateísmo”. Na realidade, do ponto de vista do conhecimento natural, o anjo jamais pode errar, pois o conhecimento deles não é discursivo.

Em seguida, no capítulo 8, Bonino trata da vida afetiva dos anjos. A existência da vontade nos anjos é consequência da própria natureza intelectual, pois a vontade nada mais é do que o dinamismo espiritual da adesão ao bem. Também possuem livre arbítrio e quanto mais elevados, mais inteligentes e, conseqüentemente, mais livres. A deliberação dos anjos não passa por um processo; é de alguma forma instantânea. Na opinião de São Tomás, graças à total imaterialidade dos anjos, eles não possuem apetites sensitivos.

A terceira secção versa sobre a “aventura angélica”, ou seja, sobre a “história” dos anjos, iniciando com o capítulo 9 que trata da criação à glorificação. A criação temporal dos anjos é um dado de fé; negá-la seria uma heresia. A maior parte dos Padres da Igreja defendeu a anterioridade da criação espiritual à criação corporal (os anjos antes do mundo). Santo Agostinho e São Tomás, contudo, sustentam que a criação teria sido simultânea, pois faltaria algo ao mundo angélico, se não existisse o mundo e faltaria algo ao mundo, se não existissem os anjos.

Os anjos foram criados apenas com a bem-aventurança natural (não sobrenatural) em estado de *viatores* (em estado de prova). E “uma vez

estabelecido em graça, o anjo é capaz de merecer sua bem-aventurança por uma ação moral boa” (p. 225). Com efeito, para todo “agir moral que agrade a Deus, a graça é absolutamente necessária” (idem). Bonino cita o trecho clássico de São Tomás: “*gratia perfecit naturam secundum modum naturae*” (S. Th., I, q. 62, a. 5), para explicar que, do ponto de vista natural, o anjo está colocado em estado de perfeição; já no plano sobrenatural, o anjo obtém a bem-aventurança assim que qualquer ato é informado pela virtude da caridade. O primeiro ato volitivo do anjo foi um ato espontâneo de caridade meritório da vida eterna, sem excluir a sua liberdade, pois explica o Autor: “Pobre visão de liberdade que a reduz ao poder escolher indiferentemente entre o bem e o mal, enquanto que a verdadeira liberdade se cumpre naturalmente na adesão do bem que a vontade finaliza” (p. 229). Assim, foi num “segundo instante, que certos anjos livremente anularam, esterilizaram, pelo seu pecado, o mérito do primeiro instante” (p. 230). Por outro lado, os anjos que passaram pela prova, e se encontram na visão beatífica, não podem mais pecar, sem com isso perder, obviamente, o livre-arbítrio.

O capítulo 10 responde sobre como o anjo se tornou demônio. Claro que seria uma heresia defender que Deus criou um mundo dualístico, com anjos bons e maus. Há quem diga, porém, que foram os Padres da Igreja que inventaram a tese da queda dos anjos. Entretanto,

refuta Bonino: “A doutrina cristã ensina que existiu um pecado original que transformou certos anjos em demônios” (p. 246). Contudo, resta a dúvida sobre qual teria sido essencialmente o pecado dos demônios. Que o anjo seja capaz de pecar se radica em sua condição de criatura dotada de livre-arbítrio. Deus, embora sumamente livre, não pode pecar por sua condição divina (sua ação coincide com o seu próprio ser). A impecabilidade só seria possível a uma criatura por um dom sobrenatural.

Para argumentar como um anjo é passível de pecado, Bonino oferece uma ótima explicação: “Não há nem paixão nem hábito mau antecedente que distorceria seu julgamento prático e que lhe faria tomar gato por lebre [*prendre des vessies pour des lanternes*]. Ele só pode desejar o que é bom. Em contrapartida, o anjo pode *fazer mal* uma escolha, mesmo recaindo sobre um objeto moral bom. Ele escolhe um ato objetivamente bom (o amor a si mesmo, no caso), mas a sua escolha – apenas a sua escolha – não é boa porque lhe falta algo que deveria haver, a saber: a consideração da regra superior. O mal não vem, pois, do objeto (bom) mas sim da maneira de escolher” (p. 250). Quanto ao motivo do pecado do demônio, há várias hipóteses: a luxúria, a inveja ou o orgulho. Para São Tomás este último teria sido a raiz da revolta de Satanás, que levou consigo um terço dos anjos (cf. Ap 12,4). Após o primeiro pecado, a vontade livre dos demônios se obstinou

para sempre no mal, condenados assim para sempre às penas do inferno.

A quarta e última seção versa sobre a ação dos anjos e dos demônios para a nossa salvação.

O capítulo 11 aborda Jesus Cristo, como cabeça dos anjos, conforme enunciado por São Paulo (cf. Cl 2,10). Na realidade, os anjos e os homens pertencem a uma mesma sociedade espiritual, a uma mesma Igreja, dividida em duas partes, mas unidas entre si: a Igreja peregrina dos homens e a Igreja celeste dos anjos, ou seja, um único corpo com uma só cabeça. Contudo, com o pecado original, a plenitude da paz entre os anjos e os homens só foi restaurada com a Encarnação. Maria, como Mãe de Cristo, “é também mãe da vida sobrenatural dos anjos” (p. 289).

O capítulo 12 versa sobre as hierarquias celestes e o conhecimento dos mistérios da salvação. Para Bonino convém que os anjos “conheçam, ao menos em parte, os projetos da Providência” (p. 291). Ora, isso ocorre de modo hierárquico, ou seja, os anjos superiores possuem conhecimento mais perfeito que os inferiores. Os anjos não podem, obviamente, gerar outros anjos, mas exercem uma espécie de paternidade espiritual, pelo influxo da iluminação. Isso se dá de forma dinâmica, de modo tal que ele se torna “um cooperador de Deus”, de acordo com a terminologia dionisiana (*De Cael. Hier.* III, apud *Q. de ver.*, q. 9, a. 2, cit. in p. 294). Todos os anjos, porém, veem imediatamente a

Essência divina por inteiro, mas aqueles superiores veem mais perfeitamente, assim como todos os alpinistas contemplam o panorama do alto de uma montanha: de modo completo, mas desigual (os míopes terão dificuldade de ver objetos distantes). Um anjo pode até exercer uma influência sobre a vontade de outro para incitá-lo ao bem, de modo exatamente contrário à tentação. Sobre a questão de os anjos já conhecerem a Encarnação de Cristo desde o início, São Tomás responde afirmativamente, embora desconhecemos seus detalhes (algo permanecia misterioso).

A Sagrada Escritura ainda menciona, de modo muito literal, que existem intercâmbios linguísticos entre os anjos. Explica Bonino como se dá a linguagem angélica: “Um anjo fala a outro anjo quando, por um ato de sua vontade, dirige seu conceito a outro, de maneira a lhe fazer conhecer” (p. 310).

Como já foi referido, cada anjo é uma espécie em si, o que por si só já garante que entre eles exista uma sociedade desigual. Na realidade, o mundo angélico é perfeitamente hierarquizado, dividido em nove coros segundo a clássica divisão de Cirilo de Jerusalém e popularizada por Pseudo-Dionísio. A distinção hierárquica dos anjos se dá tanto no plano natural quanto sobrenatural.

O capítulo 13 analisa o ministério dos anjos bons. Bonino ressalta que eles são “perfeitos modelos de vida apostólica, ardentes em transmitir o

que contemplam” (p. 321). Partindo do trecho de Daniel (7,10): “Mil milhares O serviam, e miríades de miríades O assistiam”, a tradição distinguiu duas funções angélicas essenciais: os anjos que veem a Deus e são vistos por Ele (*assistentes*) e os anjos que vão em missão e O servem (*administrantes*). A Bíblia relata ainda a “especialização” de certos anjos ao serviço de determinada comunidade humana, como uma nação, bem como guardião específico de uma pessoa (anjo da guarda). O texto bíblico essencial para defender a existência do anjo da guarda é originário de Mt 18,10: “Não desprezeis nenhum desses pequeninos, porque eu vos digo que os seus anjos nos céus veem continuamente a face de meu Pai que está nos céus”. Essa doutrina foi depois difundida pelos Padres da Igreja. Contudo, discute-se o momento da assinalação de um anjo a uma determinada pessoa: desde o nascimento (ou mesmo desde a concepção) ou desde o batismo? São Tomás pende para a segunda opção. A teologia do anjo da guarda é fundamentada na tese tradicional de que “Deus escolheu recorrer às causas segundas para executar os desígnios de sua Providência” (p. 332).

Outra questão assaz debatida seria se Cristo teria tido ou não anjo da guarda. A resposta tomista é que ele não tinha necessidade; já estava em plena posse da visão beatífica, não sendo, portanto, conveniente à sua dignidade, superior à dos anjos. Os anjos custódios

podem atuar em nosso psiquismo (pressentimento de perigo), podem excitar nossa alma no bem e neutralizar a ação maléfica dos demônios. Eles ainda apresentam nossas orações a Deus e nos corrigem de nossos erros.

O último capítulo é dedicado aos ataques do inimigo. Com efeito, existe um mundo demoníaco de certa forma “organizado” para perder os homens. O reino de Satanás não é um puro caos (não existe mal absoluto). Eles “concordam” em odiar a Deus e aos homens e esta é a razão última da associação diabólica: “A Cidade do mal forma como que um *corpus diaboli* oposto ao Corpo de Cristo” (p. 353). Ademais, os demônios empreendem assaltos contra os homens para lhes fazer cair em tentação. Eles também têm uma espécie de “especialização” em suas missões (alguns são “especialistas” em tentar certos pecados). A própria ação ordinária do demônio é tentar, inclusive se travestindo de “anjo da luz” (II Cor 11,14) e, na visão de Bonino, cada época suscita “estruturas sociais, políticas e culturais que favorecem o seu projeto” (p. 362). Além disso, o demônio pode empreender também ações extraordinárias, como a obsessão e a possessão. Mas o seu maior trunfo é persuadir os homens de que ele não existe...

Por fim, o epílogo convida a retomar o contato com os anjos, tão transcurado nos tempos seculares. A obra conclui com uma acurada e ampla bibliografia, além de um índice de nomes citados.

Em suma, a obra é útil não somente para dar um sentido mais metafísico à teologia ou para experimentar novos *insights* filosóficos, mas também para resgatar a própria espiritualidade tradicional católica, antes muito ancorada na devoção aos anjos. Como é notório, hoje a angelologia e a demonologia têm pouco espaço não só no âmbito dos estudos, mas também no plano devocional, o que pode abrir espaço para elementos espiritualísticos não propriamente católicos, como o espiritismo, a *Wicca* ou o *New Age*. Como sabemos, a vida, a morte e a ressurreição de Cristo empreenderam um grande exorcismo ao mundo. Contudo, a batalha ainda não está ganha. Nesse sentido, se cada cristão está chamado a continuar a missão do Divino Mestre, só podemos rogar ao Senhor dos Exércitos que nos afaste das ciladas do demônio. Que os anjos nos auxiliem nesta tarefa!

Felipe de Azevedo Ramos, EP
(Professor – IFAT)